

O que é a indisciplina?



Manuela Matos Monteiro

A indisciplina é um “fenómeno relacional e interativo que se concretiza no incumprimento das regras que presidem, orientam e estabelecem as condições das tarefas na aula e, ainda, no desrespeito de normas e valores que fundamentam o são convívio entre pares e a relação com o professor, enquanto pessoa e autoridade” (João Amado, 1998). Podem distinguir-se três níveis de indisciplina:

- desvio às regras;
- conflitos interpares;
- conflitos da relação professor-aluno.

Indisciplina, porquê?

A indisciplina na escola e na sala de aula, sendo uma preocupação de sempre, é hoje um tema inscrito na agenda de todos quantos reflectem sobre a educação das jovens gerações. Professores, políticos, administradores da educação e jornalistas, sobretudo, fazem coro afirmando a insustentabilidade da situação e vão brandindo acusações fáceis, tantas vezes sem sequer terem feito algum esforço sério para compreender o fenómeno e as respectivas causas. Por isso importa encarar o assunto seriamente, identificando todos

“As regras deverão ser poucas, simples, positivas, claras, fundamentais, conhecidas e cumpridas.”

os factores que se conjugam para produzir a chamada indisciplina escolar.

A indisciplina resulta de factores estruturais, sociais e pessoais e deve ser estudada a três níveis: o do Ministério da Educação, o da escola e o dos actores, enquanto produtores de três tipos de regras (legais, institucionais e sociais, respectivamente).

No que à sala de aula diz respeito, a indisciplina está muito relacionada com a relação que se estabelece no interior da aula e esta relação depende sobretudo da motivação dos alunos para os conteúdos da aprendizagem e do clima relacional.

Para além disso, é preciso não esquecer alguns traços essenciais da situação do aluno na escola:

- frequenta a escola por obrigação legal ou por força de condicionamentos sociais e familiares e não voluntariamente;
- é incluído em agrupamentos (turmas) que se não constituem de forma voluntária;
- o seu papel é definido por um conjunto de obrigações: aprender matérias que não escolheu, realizar actividades impostas/propostas, aceitar ser vigiado nos seus comportamentos e avaliado quanto aos seus conhecimentos (Ivo Domingues, 1995).

A indisciplina tem-se agravado

O aumento dos fenómenos de disrupção, de indisciplina e até de violência interna à escola são inseparáveis da “massificação da educação escolar, acompanhada da crescente complexificação, mobilidade e diversidade sociocultural das sociedades pós-industriais”, que “alterou também radicalmente o quadro de referências que permitia a relativa estabilidade do funcionamento da escola como instituição social e curricular” (Roldão, 2003).

A prevenção da indisciplina

Os meios de controlo disciplinar incluem:

- meios indirectos: o endoutrinamento, o controlo da assiduidade e a avaliação do aproveitamento escolar;
- meios directos: o regulamento interno da escola e o processo disciplinar.

Mas prevenir é sempre preferível a remediar, pelo que a grande aposta a fazer é na definição de uma estratégia exequível de prevenção.

O êxito dos esforços de prevenção da indisciplina está muito dependente do modo como tais esforços são empreendidos. Se partem de decisões colegiais e se se constituem como acções coordenadas ou se, pelo contrário, as decisões são individuais e as acções avulsas e desencontradas. Tudo deve ser feito para evitar, nesta matéria, as desconexões a vários níveis: desconexões entre órgãos; desconexões entre professores; desconexões entre professores e funcionários; desconexões entre professores e pais. Só deste modo as acções dos diferentes agentes se reforçam mutuamente. Se deixarmos abertas demasiadas brechas estaremos a contribuir para condenar ao fracasso os esforços individuais de cada um de nós.

Uma estratégia de escola para a prevenção da indisciplina tinha vantagem em incluir e articular devidamente acções no sentido de:

1 Construir um clima relacional assente na regra, procurando sempre o difícil equilíbrio entre rigidez e flexibilidade. As regras deverão ser poucas, simples, positivas, claras, fundamentais, conhecidas e cumpridas. Para cada regra devem estar estabelecidas (e ser conhecidas dos alunos) as consequências que sofrerá todo aquele que venha a incumpri-la. De nada adianta estabelecer uma regra se não é exigido o seu cumprimento e não há consequências em caso de prevaricação. É importante dar a conhecer a todos o Regulamento Interno, mas é igualmente decisivo fazê-lo cumprir.

2 Construir um clima de “abertura ao aluno”, através do diálogo, da negociação e da responsabilização do aluno. Um clima democrático na escola e na sala de aula, implicando respeito mútuo e justiça na apreciação e tratamento das situações, inclui igualmente a responsabilização do aluno pelo seu comportamento indisciplinado. O estabelecimento de acordos ou contratos com o aluno pode ajudar no sentido desta responsabilização, diminuindo os casos de indisciplina.

3 Reforçar de modo especial a cooperação entre os professores dos mesmos alunos. A listagem dos



comportamentos obrigatórios e proibidos, isto é, o código de conduta em sala de aula deve ser estabelecido conjuntamente. Este é o primeiro passo indispensável para que os vários professores da mesma turma surjam perante os alunos como uma equipa coesa.

4 Uma vez que estudos empíricos encontram correlação entre o número de actos indisciplinados e o modelo de ensino seguido, importa investir no esforço de adequação do currículo oficial aos seus destinatários, estabelecendo pontes entre os conteúdos curriculares, a cultura local e as experiências da vida quotidiana dos alunos. A diversificação das metodologias e a criação de situações de cooperação nas actividades do grupo-turma, no contexto de um clima de sala de aula agradável mas orientado para o trabalho, são, também, estratégias úteis no sentido de prevenir a ocorrência de actos indisciplinados.

5 Assume grande importância que seja capaz de gerir correctamente a comunicação, o espaço e o tempo da aula.

6 Na gestão da aula, há ainda um conjunto de aspectos que devem merecer a nossa atenção, pela influência (positiva ou negativa, conforme seja o sentido da nossa acção) que podem ter relativamente às ocorrências de natureza disciplinar: o ritmo da aula (se é demasiado rápido, certos alunos “desligam” por não estarem a conseguir acompanhar; se é demasiado lento, também convida à desconcentração); a transição entre tarefas; a necessidade de variar os estímulos oferecidos ao aluno; a necessidade de manter o grupo ocupado com tarefas (os períodos de inactividade convidam à indisciplina); estabelecer com clareza as regras e dar directivas precisas quanto às tarefas; apresentar claramente as suas expectativas quanto ao cumprimento dos alunos; responder aos alunos de

forma consistente (com as regras e as consequências estabelecidas previamente); intervir prontamente para interromper os comportamentos desviantes.

Não há receitas mágicas. Nem sequer há receitas. Há análises que fornecem pistas a partir das quais podemos construir soluções adequadas à nossa situação específica. É pouco? Talvez. Mas também de nada adianta a dramatização, a culpabilização alheia, a reclamação de mais autoridade formal. Ninguém pode dar-nos nem outros alunos, nem outros pais, nem sequer autoridade, que é algo que se conquista precisamente na relação com os alunos.

A indisciplina desafia-nos como educadores tanto quanto nos incomoda e faz sofrer. Mas, exceptuando casos tão graves como raros, é no terreno da acção educativa que a indisciplina se combate. E talvez o nosso objectivo não deva ser formulado em termos do combate à indisciplina. O objectivo seria, pois, o de construir a disciplina na escola. Porque, numa escola disciplinada, não há ou há menos tendência e à-vontade para cometer actos indisciplinados.

Construir a disciplina na escola através de uma acção coordenada

E construir a disciplina na escola e na aula significa “formar ou educar o aluno para a autodisciplina e para a responsabilidade; criar ambiente de trabalho e condições organizacionais de modo a alcançarem-se os objectivos da escola; lidar com o desvio e a indisciplina na sala de aula, de modo a preveni-la, corrigi-la ou puni-la” (João Amado, 1998).

Um projecto educativo adequado e realista que seja conhecido e assumido por toda a comunidade educativa (incluindo os pais, claro!) como tarefa comum seria um primeiro e importante passo. Infelizmente, os projectos de escola não têm, na maioria das situações, poder mobilizador suficiente dos actores educativos e, por isso, não se constituem como factores de uma unidade na acção que poderia ampliar grandemente os efeitos dos esforços que diariamente se fazem nas nossas escolas. Porque esforços coordenados e conjuntos produziram mais e melhores resultados sem custarem mais do que os esforços dispersos e descoordenados. Construir a coerência da acção individual e conjunta dos actores educativos em torno de um projecto claro e conciso poderia, pois, ajudar a construir a disciplina na escola e, por essa via, a melhorar a qualidade do serviço educativo que as escolas prestam :